



PROGRAMA DE GOVERNO

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR TOCANTINS/2018

CARLOS AMASTHA

Candidato a governador do Estado

SUMÁRIO

| | |
|--|----------------|
| APRESENTAÇÃO..... | 3 |
| TOCANTINS: CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL..... | 4 e 5 |
| DIRETRIZES GERAIS DO PROGRAMA DE GOVERNO..... | 6 |
| EIXOS SETORIAIS PRIORITÁRIOS..... | 7 |
| ➤ Disciplina Fiscal e Política Tributária..... | 8 e 9 |
| ○ Diretrizes..... | |
| ➤ Gestão Eficiente e dos Serviços Públicos..... | 10 e 11 |
| ○ Diretrizes..... | |
| ➤ Saúde..... | 12 a 13 |
| ○ Diretrizes..... | |
| ➤ Educação..... | 14 e 15 |
| ○ Diretrizes..... | |
| ➤ Combate à Violência..... | 16 e 17 |
| ○ Diretrizes..... | |
| ➤ Gestão para o Desenvolvimento..... | 18 a 20 |
| ○ Diretrizes..... | |

APRESENTAÇÃO

Em caráter absolutamente emergencial, este Programa de Governo tem como objetivo primeiro minimizar o cenário de caos em que se encontra o Tocantins há mais de 30 anos. Caos – que agora revela sua fase mais aguda - provocado por um mesmo grupo político, cujos personagens se revezam no comando do Palácio Araguaia dentro de uma mesma, e degradante, política de compadrio.

Uma política avessa à moralidade, à impessoalidade, à eficiência, à transparência, à austeridade – princípios básicos da administração pública -, mas afeita ao nepotismo, ao assistencialismo, ao empreguismo, à corrupção desenfreada – práticas da velha política que precisam ser varridas do Tocantins.

É nesse cenário de instabilidade política, social e econômica, no qual um mesmo governador já foi cassado duas vezes do cargo por corrupção e outro renunciou ao mandato, que este programa de governo traz ações imediatas, pontuais e factíveis para reorganizar minimamente a capacidade administrativa do Estado nos seis meses de mandato após a eleições suplementares de 3 de junho e, sobretudo, construir uma transição de governo eficiente para o próximo ciclo de quatro anos que se iniciará em primeiro de janeiro de 2019.

Em que pesem as ações devastadoras da velha política que colocaram o Tocantins em estado praticamente falimentar, cabe a nós a desafiadora tarefa de reconstruí-lo, agora sobre bases sólidas, transparentes e eficientes para fazermos as mudanças profundas de que o Estado precisa e que os tocantinenses esperam há 30 anos.

Mas essa crise de desesperança vem acompanhada também da esperança em dias melhores nos quais as políticas públicas cheguem efetivamente a todas regiões do Estado, beneficiando diretamente seus moradores com saúde, escola, habitação, infraestrutura, saneamento, empregos, serviços de qualidade.

A crise aguda, que não é culpa dos cidadãos e cidadãs, mas de uma política ultrapassada e patrimonialista, não nos impede de enxergar um futuro promissor para o nosso Estado, cujo patrimônio maior reside no caráter do seu povo, trabalhador, honesto, resiliente. E a bússola que norteia o nosso emergencial Programa de Governo – concebido por profissionais altamente qualificados nos mais diversos setores de ação governamental - veio justamente das sugestões, críticas e reivindicações da sociedade, por meio dos diálogos e debates que são a essência de uma campanha eleitoral.

Ressalte-se, mais uma vez, que este programa não pretende ser um produto acabado, pois ações e projetos eficientes advêm do constante diálogo com os mais variados segmentos da sociedade – trabalhadores, empresários, entidades de classe públicas e privadas, organismos nacionais e internacionais...

Ressalte-se, entretanto, que nosso programa não nasceu de um barco à deriva. Temos uma grande âncora a nos conduzir rumo a um destino de águas calmas e transparentes como as do Araguaia e do Tocantins. E ela se chama Palmas, uma Capital que, há cinco anos, saiu da mesma situação de abandono em que se encontra nosso Estado hoje, para uma cidade nota 10 em educação, em saúde, em infraestrutura, em serviços públicos, em consciência ambiental, em bem viver.

Agora nosso desafio alcança mais de 1,5 milhão de pessoas, ávidas por mudanças radicais no modo de fazer política e, principalmente, no modo de administrar a coisa pública. Com gestão eficiente, responsável, humana, transparente e desburocratizada, pilares deste programa, o Tocantins vai começar a acordar do pesadelo do descaso, dos desmandos, dos conchavos palacianos, para uma realidade em que as políticas públicas do Governo do Estado propiciem efetivamente oportunidades iguais a todos os cidadãos tocantinenses.

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA

Candidato a governador do Estado do Tocantins

I. TOCANTINS: CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL

O Estado do Tocantins, criado em 1988, possui uma área territorial de 277.620,914 Km², que representa 3,26% do território nacional, uma população de 1,55 milhão de habitantes em seus 139 municípios. Embora o não tenha alcançado ainda a sua terceira década de existência, seus problemas não diferem de outros estados centenários da federação.

Desde sua criação temos acompanhado a predominância de duas famílias se revezando no poder político. Como conseqüência, observamos os desmandos governamentais, pois tais grupos capturaram o Palácio Araguaia para fins particulares através do clientelismo político, uma das práticas da má gestão pelas quais as políticas públicas são distorcidas com o intuito de gerar benefícios a alguns poucos privilegiados, relegando, por conseguinte, a maioria da população.

O presente e emergencial programa buscou diagnosticar os principais problemas do Estado, a partir de estudos setoriais e dos dados estatísticos disponíveis, bem como da valiosa colaboração de técnicos e representantes dos diferentes setores da sociedade que cooperaram baseados realidade tocantinense.

Nesse sentido, infelizmente o Tocantins vive hoje uma situação sem paralelo na sua capacidade de promover o desenvolvimento. Como conseqüência, o Estado empobrece, os empregos são perdidos, investimentos não são feitos, credores não recebem, e os serviços públicos não são prestados com a eficiência e a agilidade que deveriam ser. O desequilíbrio estrutural das finanças públicas atuais encontra nas despesas de custeio uma de suas principais causas, que, aliada à perda de competitividade e de dinamismo da economia, frustra e impede equilíbrio e desenvolvimento do Estado.

Por outro lado, temos um enorme potencial econômico e uma grande disponibilidade de recursos naturais, que são desperdiçados pela ausência de políticas que incentivem seu uso sustentável e pela falta de espírito público, construindo-se, assim, uma realidade que contrasta com o admirável potencial de uma sociedade criativa e empreendedora.

Embora tenhamos avançado em algumas áreas, essas não se fizeram sustentáveis em razão da ausência de ações sistemáticas e organizadas - por parte de quem comanda o Estado há três décadas - que garantissem por a manutenção da nossa economia em ritmo crescente na direção da amplitude social.

Um novo modelo sustentável de desenvolvimento para o Tocantins exige uma concepção de Estado que contemple uma gestão competente, baseada no aumento de investimentos na economia, e não uma política patrimonialista destruidora (a que hoje impera no Tocantins com governantes usando a estrutura do Estado para satisfazer suas necessidades pessoais).

São muitas as frentes carentes de transformação que garanta as condições de investimento e do bem-estar dos tocantinenses, que não podem continuar sendo judiados quer pela disputa de poder entre mesmo grupo político, quer pela insegurança econômica, ou mesmo pelo desvio das finalidades dos recursos públicos.

Para reverter esse cenário de instabilidade política e financeira, caberá ao gestor, nos próximos seis meses de governo suplementar, pavimentar a transição de governo, apoiando-se em reformas que proponham a redução das despesas e o reequilíbrio das contas públicas. Entendemos que, com planejamento, visão estratégica e condução rigorosa da gestão pública, iremos criar o ambiente necessário para um novo ciclo de desenvolvimento, agora em novas bases e com novos horizontes, que, aliados à sustentabilidade fiscal, são meios para atingirmos o objetivo que nos move neste momento: fazer Estado voltar a crescer e levar prosperidade a toda população.

O ponto de partida se estabelece em reconquistar a confiança, a dignidade e o espírito público, empenhando os valores como eficiência, na busca realizar mais com menos; no monitoramento da qualidade da prestação de serviços públicos; no estabelecimento de metas de desempenho; na transparência e respeito ao dinheiro público, pois recursos públicos resultam do trabalho de cidadãos que pagam impostos e merecem ter o seu dinheiro respeitado. Portanto, é necessário equilíbrio orçamentário, para que todos saiam ganhando. Os servidores, que são valorizados, e os contribuintes, que terão um retorno maior pelo pagamento dos seus impostos. Com esse objetivo,

nosso programa apresenta uma série de propostas de reformas capazes de trazer o Tocantins para a retomada do desenvolvimento.

II. DIRETRIZES GERAIS DO PROGRAMA DE GOVERNO

Sete são os objetivos que orientam a elaboração das Diretrizes e Plataforma de Governo:

- Propor um pacto de austeridade pela retomada do crescimento econômico e geração de emprego;
- Adotar medidas de emergência que encadeiem reformas estruturais na administração pública estadual;
- Melhorar a capacidade de o Estado garantir provisão de serviços públicos universais e de qualidade;
- Reduzir o nível atual de despesas correntes, abrindo espaço para um maior equilíbrio entre despesas e receita;
- Atingir uma trajetória sustentável de redução do déficit orçamentário e do endividamento público;
- Impulsionar e incentivar a modernização e a diversificação da economia tocantinense, criando condições para o investimento, a inovação e a qualificação de empresas e trabalhadores;
- Propor um Estado eficiente com capacidade de recuperação do investimento.

III. EIXOS SETORIAIS PRIORITÁRIOS

A profunda crise de largo alcance que açoitou o Tocantins neste momento, exige do governo ações eficazes, urgentes para retomar o controle e a governabilidade do Estado. Este documento apresenta alguns compromissos que guiarão as mudanças que consideramos mais importantes no processo de estabilidade política e financeira no Estado.

As diretrizes aqui propostas vão orientar as ações governamentais para viabilizar um novo modelo de desenvolvimento e uma nova estratégia de consolidação das contas públicas assentados no crescimento, no emprego e na criação de condições para o implemento dos investimento públicos e privados. Assim, todos os eixos do programa de governo mantêm uma relação com a economia, seja pelo fato de que as políticas setoriais estejam sujeitas aos recursos públicos para serem implementadas, ou pelos efeitos positivos alcançado por estas no desempenho econômico.

➤ **Disciplina Fiscal e Política tributária**

Com o objetivo de reduzir e controlar despesas, a implementação de um programa de austeridade fiscal pelos próximos seis meses se faz necessário, visto que nos últimos anos o aumento dos gastos públicos se concentrou nas despesas de pessoal e custeio, em detrimento dos investimentos. Realizar um ajuste fiscal é, portanto, essencial para termos um Estado forte, por mais paradoxal que isso possa parecer. Controlar a evolução das principais despesas é criar condições para a elevação do investimento público. Propomos para esse período o cumprimento de metas de controle de despesas dirigidas aos gestores das pastas e estas avaliadas mensalmente.

Entre os objetivos da atividade tributária do Estado está o de prover recursos para o atendimento e prestação dos serviços públicos, cabendo a esta também favorecer as condições de competitividade das empresas no desenvolvimento da economia regional. Nesse sentido, terá prioridade, desde primeiro momento, o reforço de ações que apoiem a competitividade e a sustentabilidade das empresas aqui instaladas. Queremos com isso gerar bons empregos e reestruturar o setor produtivo.

Em relação à política de concessão de benefícios fiscais, este é um instrumento de política fiscal voltado à promoção do desenvolvimento, visando o crescimento setorial, a diversificação das atividades econômicas e o estímulo à competitividade estadual. Entendemos, portanto, que a concessão do benefício fiscal somente se aplica se e quando a vantagem a ser gerada pelo uso privado de recursos da sociedade seja em proporção maior do que o uso público desses recursos.

Diretrizes

- Combater o desperdício dos gastos públicos, valorizando a eficiência na aplicação desses recursos;

- Propor e efetivar a redução de gastos com pessoal e custeio nos próximos seis meses, visando o ajuste fiscal;
- Promover o aumento da taxa de investimentos públicos, como estímulo à retomada do crescimento econômico;
- Ampliar o processo de modernização e iniciar a estruturação da inteligência fiscal, visando combater a fraude e a sonegação fiscal;
- Estabelecer e promover a justiça fiscal, incentivando os seguimentos estratégicos com forte impacto na geração de emprego, e ampliar a competitividade das empresas que se instalarem no Tocantins;
- Melhorar a qualidade da redação da legislação e dos regulamentos tributários estaduais de forma a criar uma relação equilibrada e transparente com o contribuinte e a garantir a segurança jurídica nas relações tributárias;
- Restabelecer novas práticas da administração tributária para reduzir as cobranças indevidas e tornar transparente e eficiente o contencioso administrativo;
- Promover a revisão da política de incentivos fiscais do Estado, dentro das premissas da legalidade tributária, da vinculação a objetivos concretos de criação de emprego e renda para cada benefício concedido.

➤ **Gestão Eficiente é dos Serviços Públicos**

A crise institucional instalada na gestão pública do Tocantins é mais pela ausência de planejamento, de ações descomprometidas com o interesse público, de estruturas ineficientes, da desarticulação entre os distintos órgãos da administração, e menos por falta de propostas e capacidade técnica dos seus servidores. É inevitável constatar o sucateamento da prestação dos serviços públicos essenciais, pois o Estado vive uma situação fiscal delicada, com graves dificuldades financeiras para honrar os compromissos assumidos. Essa condição exige a capacidade do novo governo, mesmo por um breve período, dar respostas rápidas às demandas crescentes da sociedade. E este será o nosso grande desafio.

Partimos aqui na busca de ações que simplifiquem a relação do Estado com o cidadão. Para tanto, uma ampla reforma administrativa deverá ser implementada transversalmente nas mais variadas dimensões de gestão pública: nos procedimentos administrativos, na estrutura organizacional, na gestão financeira e orçamentária, na gestão de pessoal, na gestão de compras, na governança eletrônica... Cabe ressaltar que as práticas de excelência no serviço público deverão ser expandidas para as mais diversas áreas do Estado. Nosso compromisso é ter metas e cobrar resultados.

Embora sejamos um estado jovem, nossas instituições políticas se mostram envelhecidas e tomadas pelo pragmatismo do clientelismo, nepotismo, populismo e outras formas de patrimonialismo e de perpetuação no poder a qualquer custo. A prática recorrente é o loteamento do Estado em troca de apoio parlamentar, sob o pretexto de buscar condições estáveis para a governabilidade e a gestão da máquina pública. Reafirmamos nossos compromissos de romper com essas tradições nefastas e assumir novas posturas na gestão da coisa pública, com destaque para o envolvimento da sociedade, ampliando a transparência e a responsabilidade desta na cobrança por resultados. Comprometemo-nos assim, em devolvermos à sociedade tocantinense um Estado que se destine a servir a ela própria, e não dela se servir.

Diretrizes

- Propor um novo modelo de gestão que privilegie o sistema de planejamento e gestão, levando em consideração a reestruturação dos mecanismos institucionais e operacionais;
- Instituir práticas de uma gestão transparente, eficiente e integrada com a utilização de métodos de excelência em gerenciamento de projetos e programas que garantam o monitoramento das metas prioritárias de governo.
- Reduzir significativamente os cargos de nomeação política;
- Garantir o provimento de recursos públicos para a execução dos serviços públicos prioritários de acordo com a gestão orçamentária e financeira;
- Definir e cumprir as datas para pagamento de compras de bens e de contratação de serviços públicos, visando reconquistar a confiança dos fornecedores acerca da segurança e pontualidade dos pagamentos.
- Implementar o governo digital no âmbito do Estado, integrando todos os órgãos da administração pública, de preferência estimulando a inovação e uso de novas tecnologias.

➤ Saúde

A população do Tocantins não aceita mais conviver com o descaso da saúde pública, visto ser uma das áreas sociais mais importantes de interesse público e direito fundamental da pessoa humana. Assistimos ao desmonte dos serviços públicos de saúde, cuja situação não poderia ser mais grave. É preciso entender que saúde é um fator de desenvolvimento, e não podemos esperar uma sociedade desenvolvida sem uma saúde de qualidade.

As questões de saúde em grande medida se resolvem articulando estrategicamente as políticas sociais, educacionais, de saneamento básico, de prevenção ao meio ambiente, estabelecendo a integralidade e interdisciplinaridade da atenção e a intersetorialidade das ações, sobretudo ampliando os investimentos.

Porém, recursos públicos nunca são suficientes, situação agravada mais pela má aplicação e a corrupção que flagelam a administração pública, depreciando o atendimento ao cidadão. Para isso, é preciso o enfrentamento dessa cultura através de regulação, fiscalização, punição e qualificação.

No Tocantins, o Estado tem assumido a responsabilidade hospitalar em todo o seu território, mas infelizmente longe de atender o básico necessário. Porém, ilhas com bons exemplos da aplicação dos recursos existem. Palmas é um belo modelo das boas práticas de retorno desses investimentos na saúde. No ranking de gastos com recursos próprios do Ministério da saúde, a capital do Tocantins apresenta o menor gasto per capita entre as capitais, no entanto, é a terceira melhor em desempenho e qualidade de saúde entre as capitais brasileiras e avançando para a liderança. Enquanto que o Estado do Tocantins, embora detenha numa escala entre os estados brasileiros o terceiro maior gasto com recursos próprios per capita, o retorno está longe de corresponder aos investimentos. Não por acaso, Palmas é a cidade eficiente, ou seja, consegue fazer mais e melhor com menos.

Entendemos, portanto, ser necessário mudar a visão política da saúde no Estado. Isto implica: praticar novos métodos e ações mais inclusivas na área; implementar novas tecnologias e procedimentos administrativos inteligentes;

formar e qualificar de forma contínua os profissionais da saúde; construir redes de articulação nas microrregiões de saúde; incluir mais intensamente os municípios; manter abertos os canais de diálogo com a sociedade e com o usuário, possibilitando a participação e o controle social; e avaliar permanentemente os sistemas e os serviços de saúde.

A nossa população reivindica o básico que uma sociedade que trabalha e contribui tem direito a receber dos governantes. Nosso compromisso é garantir ao cidadão tocaninense o direito ao acesso à saúde pública de qualidade.

Diretrizes

- Restabelecer a condição do Estado na gestão de ações e serviços de saúde à população;
- Efetivar a regionalização e a descentralização das ações e serviços de saúde, funcionando com excelência os hospitais regionais existentes, e minimizar os vazios assistenciais identificados nas regiões do Estado para serviços de média e alta complexidade;
- Restituir a dignidade, o respeito e a resolutividade no tratamento das pessoas doentes;
- Manter o conselho estadual de saúde ativo, independente, atuante e colaborativo;
- Criar conselhos locais de saúde composto pelos membros da comunidade usuária e trabalhadores da saúde;
- Ampliar serviços de atenção básica em parceria com os municípios, provendo-os de uma equipe de acompanhamento de apoio e monitoramento da gestão municipal da saúde, estabelecendo o trabalho colaborativo com os municípios;
- Buscar fixar os profissionais de saúde nas regiões mais distantes e carentes, transformando toda a rede de serviços em rede de ensino;
- Reavaliar todas as opções adotadas na logística de distribuição de insumos para as unidades no território do Estado;

- Implantar o Núcleo de Combate à Corrupção na saúde, conforme recomendação do TCU "referencial de combate à fraude e à corrupção" em parceria com órgãos de segurança das diversas esferas públicas.

➤ **Educação**

Mesmo em um governo de transição de curtíssimo prazo, a educação de nossas crianças, jovens e adultos segue como prioridade para o nosso Estado, tanto que buscamos tratá-la em um eixo específico. Assim, é possível materializar as nossas aspirações e ideias para concebermos uma educação de excelência à nossa gente.

A educação do Estado do Tocantins possui 573 estabelecimentos de ensino distribuídos nos 139 municípios para atendimento de aproximadamente 155 mil estudantes. No entanto, precisamos fazer uma leitura crítica das verdadeiras causas de perdermos nos últimos anos aproximadamente 60 mil alunos rede na estadual de ensino. Para isso, o tripé acesso, permanência e ensino precisa ser reavaliado.

Em se tratando da taxa de analfabetismo, segundo o IBGE, o Município de Palmas apresenta uma taxa em 2,5% enquanto que no Estado do Tocantins esse percentual chega a 13% da população. Os números confirmam uma realidade distante entre Estado e Município, porém, mais uma vez Palmas se destaca pela eficiência na aplicação de recursos públicos e no retorno desses investimentos para a sociedade em uma educação de qualidade.

Não por acaso Palmas se destaca no cenário nacional como a melhor educação do ensino fundamental entre as capitais. Destacamos, assim, a necessidade de construirmos políticas de integração e articulação entre o Estado e Municípios para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, visando o desenvolvimento de colaboração e cooperação entre eles.

Desta forma, cabe ao gestor público responsável pela educação conceber uma escola capaz de educar e que esta seja transformadora, emancipadora e inclusiva da sociedade. Para isso, devemos avançar na articulação das políticas setoriais e intersetoriais no âmbito da educação, cultura, esporte, ciência e tecnologia, saúde e meio ambiente. Não mediremos esforços para o cumprimento desta missão. Assim, reafirmamos nosso compromisso na construção de uma educação de qualidade, com um ensino que se destaque

por uma pedagogia moderna e uma política de sustentabilidade nas escolas públicas.

Diretrizes

- Iniciar um amplo programa de recuperação da infraestrutura escolar;
- Assegurar o acesso, permanência e aprendizagem ao aluno, visando a redução dos índices de evasão escolar;
- Promover ações para o encaminhamento da valorização dos profissionais no efetivo exercício do magistério;
- Iniciar a ampliação gradativa da oferta de educação integral;
- Ampliar a estrutura logística do transporte escolar;
- Promover a melhoria das ações de gestão administrativa e pedagógica das unidades educacionais;
- Garantir os repasses constitucionais para a Educação;
- Promover parcerias com os municípios visando a colaboração, a cooperação e a integração no uso da infraestrutura e na melhoria da qualidade do ensino;
- Apoiar o uso das escolas como centros de referência para as ações da comunidade.

➤ **Combate à Violência**

A insegurança pública se tornou um dos principais problemas do cidadão tocantinense. Embora a segurança pública, constitucionalmente, seja uma prioridade do Estado, não é o que vem ocorrendo no Tocantins diante da escalada da criminalidade que vem aumentando especialmente em relação aos crimes contra a vida e contra o patrimônio.

As estatísticas sobre criminalidade apontam um cenário preocupante da segurança pública no Estado, principalmente nas três maiores cidades (Palmas, Araguaína e Gurupi), com tendência a se agravar se nenhuma ação estatal for tomada. São muitos os fatores relacionados ao estado de insegurança a que chegamos, desde o déficit no efetivo das polícias Civil e Militar, à precariedade da infraestrutura administrativa (prédios, instalações, mobília), à falta de condições de trabalho (materiais, sistema de informática) e de equipamentos (viaturas, armamento, coletes).

Nessas condições, o Estado não consegue prevenir e reprimir a criminalidade, ao contrário, os efeitos da violência são potencializados nas cidades, gerando a cultura do medo e da insegurança, prejudicando o bem-estar da nossa sociedade e a economia local.

O enfrentamento desse problema se faz necessário de forma qualificada.

Assim, ambicionamos reformular a noção e a forma de atuação das corporações de segurança pública (Polícias Militar e Civil, Bombeiros e Defesa Civil), assegurando condições de trabalho digna aos profissionais servidores. É importante ainda incentivar e apoiar a criação e a atuação das Guardas Municipais no conjunto de forças da segurança. Entendemos ser de fundamental importância discutir as ações das entidades do Poder Público envolvidas com a questão da segurança, fortalecendo a integração e a atuação conjunta dessas forças no combate à violência.

Nossos esforços para romper com o ciclo de violência aqui instalado passa pela implantação de uma política focada em regiões administrativas dotadas

de estruturas adequadas para o enfrentamento do crime e na população mais vulnerável ao crime, principalmente a juventude das comunidades periféricas. Para isso, é essencial articular políticas públicas de segurança com políticas sociais, priorizando a prevenção e buscando atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão de uma repressão que deve ser realizada de forma inteligente, respeitando os direitos fundamentais e promovendo a cidadania.

Diretrizes

- Tornar efetivo o Gabinete de Gestão Integrada com representação dos agentes públicos que têm responsabilidades direta e indireta na segurança pública;
- Criar programa de governo prioritário para redução da criminalidade, englobando ações governamentais integradas por todos os órgãos de segurança pública e demais secretarias de Estado que possam colaborar com ações de caráter preventivo;
- Elaborar e Implantar Sistema de Gestão pela Qualidade na área de segurança pública;
- Fazer gestões no Governo Federal para ampliação dos investimentos em Segurança junto ao Ministério da Segurança Pública;
- Elevar o número de policiais na atividade fim, reduzindo o uso excessivo de policiais empregados em atividades que não seja a segurança pública;
- Apoiar a criação e integração com as Guardas Civis Municipais - GCM nos municípios tocantinenses;
- Ampliar e reestruturar os órgãos e delegacias no Estado e estimular a atuação conjunta das polícias Civil e Militar;
- Fortalecer a integração das forças de segurança com outros Estados;
- Promover as ações de combate ao tráfico de drogas e as ações sociais de prevenção à criminalidade.

➤ **Gestão para o Desenvolvimento**

Para pensarmos o desenvolvimento do Tocantins é preciso levar em consideração seu território e a sua diversidade. O descaso dos governos atuais e passados resultou em grandes distorções e desigualdades regionais em nosso Estado.

No entanto, as nossas diferenças regionais geram oportunidades distintas, assim, compete um bem elaborado planejamento estratégico de estímulos diferenciados para potencializar a capacidade de reação às regiões produtivas, bem como as menos dinâmicas.

Não há como negar a nossa aptidão para gerar riquezas, emprego e renda dentro do Estado. Nesse sentido, é preciso instituir a política de desenvolvimento regional como instrumento de Estado, e não apenas de governo.

Nosso compromisso é com o cidadão e a formatação de um futuro promissor para Estado do Tocantins. Entendemos que desenvolver a economia é gerar desenvolvimento social em harmonia com o meio ambiente. Para isso, o caminho para a transformação econômica do nosso Estado passa pela pujança do agronegócio, que é a base do nosso maior potencial de crescimento, que se relaciona em várias perspectivas do desenvolvimento sustentável. Devemos então, aproveitar o impulso dinâmico desse segmento para colocar em movimento outros setores econômicos capazes de agregar valor ao nosso produto. Lamentável é o desperdício desse potencial por ausência de políticas à altura da disponibilidade dos recursos naturais existentes.

Considerando as perspectivas de crescimento pelas questões expostas, outras áreas da economia carecem de alavancagem. Assim sendo, precisamos avançar na ampliação da nossa agroindústria com inovações que impulsionem a competitividade; na instalação do Parque Tecnológico; na consolidação da ciência, tecnologia e inovação em nosso Estado; e no

aproveitamento e exploração da indústria do turismo local. Cabe ao poder público, como agente formulador de políticas públicas, fomentar esse processo em nosso território, o que também permitirá ao setor produtivo alcançar novos estágios de crescimento e desenvolvimento,

Diretrizes

- Planejar a implantação de Parques Tecnológicos no Tocantins voltados para as vocações da região, como agronegócios, energia renovável, logística, construção civil e atração de investimentos de base tecnológica, promovendo a inovação e a competitividade, elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável em todas as atividades produtivas;
- Estabelecer a nova Plataforma de Inteligência do Agro no Tocantins que consista em diversos programas e ações de promoção, incentivos e integração do agronegócio tocantinense com articulações locais, regionais, nacionais e internacionais. Além da criação de um núcleo de captação, acompanhamento e monitoramento dos projetos e a implantação, em conjunto com o Governo Federal, do “Corredor Centro Norte de Comércio Internacional”;
- Criar o Programa Estadual de Certificação voltado a gerar certificações de origem, de processo, de qualidade, dos produtos tocantinenses que agreguem valor e viabilizem também a criação dos Ativos Verdes;
- Criar uma estrutura especializada de captação de recursos para apoiar os órgãos finalísticos na elaboração de projetos e acompanhamento dos ritos até a aprovação final;
- Criar uma estrutura especializada para atração de investimentos, ligado ao gabinete do Governador, para articular e apoiar todas as áreas finalísticas da administração na dinamização dos processos de divulgação, fomento, incentivos e burocráticos relacionados à atração, implantação e acompanhamento de investimentos nacionais e internacionais no Tocantins;

- Estimular o trade turístico receptivo do Tocantins de forma a integrar os diversos destinos em roteiros atrativos e competitivos, com a participação da iniciativa privada na viabilização das políticas públicas de atração de turistas para o Estado;
- Fortalecer e consolidar o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação – CTI no Estado como base para o desenvolvimento econômico sustentável através de ações e programas em parceria com as academias e iniciativa privada, reestruturando a FAPT, utilizando efetivamente os recursos do fundo constitucional;
- Implantar a política de sustentabilidade do Tocantins, ampliando as oportunidades da Economia Verde, tais como energias renováveis, recursos hídricos e biodiversidade, intensificando ações de combate ao desmatamento, às queimadas, de segurança hídrica e gestão das águas;
- Estruturar o Programa Estadual de Voluntariado;
- Estruturar o projeto Tocantins Destino Cultura para o desenvolvimento de atrativos turísticos com base cultural. Exemplo: artesanato, musicais, gastronomia, shows, entre outros;
- Criar o Conselho dos Povos Indígenas do To, com o objetivo de estabelecer e desenvolver as políticas públicas que permitirão ao Tocantins assumir a identidade indígena como registro cultural e imaterial;
- Ampliar e fomentar o movimento junino no Tocantins.

Ficha Técnica

Coligação A verdadeira Mudança

PSB, PT, PCdoB, PODEMOS, PTB, PSDC

Carlos Enrique Franco Amastha - Candidato a governador

Célio Alves de Moura - Candidato a vice-governador

Coordenação Política

Cristian Zini

Equipe responsável pelo Programa de Governo

Prof. Dr. **Aurélio Picanço** – Eng. Sanitário; Doutor em Saneamento e Meio Ambiente pela Escola de Engenharia de São Carlos; docente UFT.

Prof. MSc **Francisco Viana** – Economista; Mestre em Desenvolvimento Regional - UFT; docente IFTO.

Especialista **Iapurê Olsen** – Eng. Mecânico; MBA em Planejamento Estratégico e Gestão Empresarial – University of Georgia Atlanta USA.

Prof. Dr. **Waldecy Rodrigues** – Economista; Pós-Doutorado em Economia (UnB); docente UFT

Colaboradores

| | | |
|---------------------|-----------------------|----------------|
| Alexandre Freitas | JonesSoldera | Paula Karine |
| Antônio da Luz | José Ribamar Amorim | Rafael Felipe |
| Augusto Brito | Kariello Coêlho | Raimundo Casé |
| Danilo gomes | Leandro Mourthe | Ricardo Abalém |
| Danilo Melo | Leonardo Gomes Coêlho | Roberto Hidasí |
| Éder Alvarenga | Marcia Ribeiro | Roberto Sahium |
| Edmundo Galdino | | Rodrigo Sabino |
| Hector Valente | Mozart Félix | Wagner Borges |
| Joadson Albuquerque | NailtonAlen | Whisllay Basto |

